Capítulo 70

Movimentos sociais e nacionalidades: as revoluções liberais e o socialismo

O processo das revoluções liberais iniciado com a Revolução Americana de 1776 havia atingido o ponto máximo com a Revolução Francesa de 1789, seguido do Congresso de Berlim e da Santa Aliança, com seu movimento contra-revolucionário e conservador, conduzido pelas principais potências monarquistas européias: Áustria, Prússia e Rússia.

A onda revolucionária ressurgiu em 1830 na França e se difundiu pela Europa. Em 1848, o movimento também teria caráter liberal e burguês, mas traria novo elemento: a participação do proletariado industrial, com tendências socialistas. O socialismo deixaria de ser a proposta de uma sociedade utópica e igualitária; teria aspectos científicos, pois o socialismo democrático procuraria destruir as raízes da desigualdade entre os homens e buscaria a criação de uma nova sociedade.

1. França, 1830

Após a queda de Napoleão e a restauração dos Bourbon em 1815, na pessoa de Luís XVIII, monarquistas ultra-realistas passaram a conduzir a política interna da França. Eles instauraram o *Terror Branco*, perseguindo bonapartistas e revolucionários.

A *Carta Constitucional* outorgada por Luís XVIII tentava conciliar os princípios do Antigo Regime com as conquistas esssenciais da Revolução. Garantia liberdade de pensamento, culto e imprensa; igualdade perante a lei; e inviolabilidade dos bens nacionais. Respeitava a separação entre poderes, reservando ao rei o Executivo. Consagrava o regime eleitoral censitário, isto é, o eleitor devia ser contribuinte e pagar impostos delimitados por idade (30 anos, 300 francos; 40 anos, 1 000 francos), de forma que o eleitorado se compunha de apenas 90 000 franceses.

Havia três tendências dominantes entre os partidos: os *ultra-realistas*, em sua maioria emigrados que haviam deixado o país em 1789 e buscavam recuperar os privilégios perdidos, liderados pelo irmão do rei, Conde de Artois; os *liberais* ou independentes, coligação heterogênea, com republicanos e bonapartistas, que queriam preservar as conquistas revolucionárias, liderados por La Fayette; e os *constitucionalistas*, de centro, que pretendiam a aplicação estrita da Carta, liderados por Guizot.

Morto Luís XVIII em 1824, seu irmão subiu ao trono como Carlos X. Os ultra-realistas dominaram seu governo. Uma lei previa a indenização dos nobres confiscados; outra punia com a morte a profanação das igrejas. No plano externo, iniciou-se em 1830 a conquista da Argélia, a fim de fortalecer o prestígio do rei.

As eleições de 1830 deram maioria à oposição liberal na Câmara e Carlos X mostrou vocação absolutista com um ato de força. Baixou as *quatro ordenações*: suprimiu a liberdade de imprensa, aumentou o censo eleitoral, dissolveu a Câmara e convocou novas eleições. A resistência dos jornalistas deu início à revolução que se desenrolou nos *três dias gloriosos*:

27 de julho — Os jornais desrespeitam a interdição e barricadas aparecem no centro de Paris.

28 de julho — Tropas reais tentam a ofensiva e são repelidas.

29 de julho — Os revoltosos tomam a capital, as Tulherias e obrigam Carlos X a fugir.

Os republicanos não tinham número para mudar o regime, apesar do apoio popular em Paris. A burguesia preferia uma monarquia constitucional à república democrática. Os realistas liberais Thiers e Lafitte, aconselhados por Talleyrand, deram a coroa ao Duque de Orléans, Luís Filipe. Começava a *monarquia de julho*.

A Revolução de 1830 repercutiu por toda a Europa. A Bélgica, apoiada pela Inglaterra, libertou-se da Holanda, à qual estava submetida desde o Congresso de Viena. Na Polônia, os russos tiveram de abafar uma revolta nacionalista. Na Itália, a sociedade secreta Carbonária promoveu agitações liberais que resultaram numa Constituição imposta ao rei das Duas Sicílias. Agitações semelhantes

ocorreram em Portugal e Espanha. Na Alemanha, houve movimentos liberais constitucionalistas.

Um pouco antes, em 1829, a Grécia havia se libertado da dominação turca. E lembremos que, até 1825, tinham sido vitoriosos todos os movimentos de independência na América Latina.

2. Condições que levam a 1848

De modo geral, as revoluções de 1848 se devem a três fatores:

• o *liberalismo*, contrário às limitações impostas pela monarquia absoluta;

• o *nacionalismo*, que procurou unir politicamente os povos de mesma origem e cultura;

• o *socialismo*, força nova, surgida nos movimentos de 1830, que pregava a igualdade social e econômica mediante reformas radicais.

Fatores mais imediatos podem ser mencionados. Entre 1846 e 1848, a Europa teve péssimas colheitas. A situação da pobreza piorou. A indústria entrou em crise e chegou à superprodução. O empobrecimento dos camponeses provocou a queda no consumo de tecidos. As fábricas pararam e dispensaram operários. Salários foram reduzidos enquanto os preços dos alimentos dispararam. Os Estados precisaram empregar recursos na compra de trigo; as atividades das grandes indústrias e a construção de estradas de ferro ficaram paralisadas. Estagnação geral.

A crise variava: na Itália e Irlanda, agrária; na Inglaterra, França e Alemanha, industrial.

Camponeses e proletários reclamavam maior igualdade de recursos. Faziam reivindicações, no fundo, socialistas. Mas não havia um partido que pudessem seguir. A oposição ao governo coube aos liberais e nacionalistas (burgueses esclarecidos). Sem orientação própria, a massa apoiou estes homens.

3. França: as barricadas

O regime instituído por Luís Filipe na monarquia de julho apoiava-se na burguesia. O governo tratou de ampliar o direito de voto, retomar a política de liberdade de imprensa e dar mais força à Guarda Nacional, organização paramilitar que dava sustentáculo à burguesia. Os *oposicionistas* eram:

• os legitimistas, partidários do deposto Carlos X;

• os bonapartistas, que estavam próximos de Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão;

• os republicanos, radicais, contrários ao regime monárquico.

Os situacionistas, também chamados *orleanistas*, dividiam-se em duas tendências:

• partido do movimento, que pretendia tornar o regime mais liberal;

• partido da resistência, conservador, onde se destacava Guizot.

Até 1836, houve numerosas manifestações de instabilidade do regime: agitações republicanas, legitimistas, bonapartistas e, acima de tudo, agitações sociais. Em 1834, os operários de Lyon se rebelaram e as tendências republicanas ganharam ainda mais adeptos.

Em 1848, a oposição ficou forte, ajudada pela crise econômica. O partido socialista propunha reformas radicais e expunha suas idéias em banquetes. No dia *22 de fevereiro*, eclodiu a revolta, quando o ministro Guizot proibiu um banquete em Paris. No dia seguinte, manifestantes enfrentaram as tropas; a multidão carregou pelas ruas os 16 mortos resultantes durante toda a noite. No dia 24, Paris estava coberta de barricadas e o rei, abandonado pela Guarda Nacional, abdicou. O governo provisório de burgueses liberais e socialistas proclamou a *II República da França*.

Em *23 de abril*, realizou-se a primeira eleição na Europa com voto universal e masculino, direto e secreto.

A crise havia se agravado. Para dar trabalho aos desempregados, o governo criou as Oficinas Nacionais, empresas dirigidas e sustentadas pelo Estado; e elevou os impostos para pagar os salários. A crise aumentou. As Oficinas fecharam.

De novo na rua, o proletariado tentou fazer uma *revolução dentro da revolução*. A Assembléia deu então poderes excepcionais ao general Cavaignac, que agiu com violência. Morreram 16 000 revoltosos e foram expulsos do país outros 4 000. A burguesia resolveu a questão operária de acordo com seus interesses. Nova Constituição ficou pronta em novembro. O presidente seria eleito por quatro anos. O primeiro presidente eleito, Luís Napoleão, deu um golpe em 1851 e implantou o *II Império*, tomando o título de Napoleão III em dezembro de 1852.

4. Itália: fracasso

Em 1848, a Itália estava dividida em vários Estados de governo absoluto. Sociedades secretas, como a Carbonária, criticavam o regime; queriam reformas liberais e a unificação dos Estados. Para isto, era preciso expulsar os austríacos, que controlavam a Itália desde o Congresso de Viena.

Em janeiro, o Reino das Duas Sicílias revoltou-se e impôs uma Constituição a Fernando II. Revoltas semelhantes ocorreram na Toscana e no Estado papal. Na Lombardia iniciou-se séria oposição aos austríacos, contra quem o rei de Piemonte, Carlos Alberto, acabou declarando guerra.

O exército austríaco forçou Carlos Alberto a abdicar em favor do filho, Vitor Emanuel II. E sufocou a revolta com violência por toda parte. A tentativa de revolução liberal-nacionalista dos italianos fracassou.

5. Alemanha: divisão e derrota

Depois do Congresso de Viena, os Estados alemães passaram a constituir uma confederação, cujos membros mais importantes eram Prússia e Áustria. Uma assembléia que se reunia em Frankfurt coordenava a política externa. Para maior integração dos Estados, criou-se o *Zollverein*, liga aduaneira que estimulou o desenvolvimento industrial. O nacionalismo germânico desabrochou; e se expressou no desejo de independência e união política.

Em março de 1848, tropas reprimiram grande manifestação popular diante do palácio de Frederico Guilherme, da Prússia. Mas o movimento se alastrou. Vários Estados juntaram-se aos revoltosos. O rei teve de prometer uma Constituição ao povo. Um Parlamento se reuniu em Frankfurt para preparar os trabalhos, a serem iniciados em maio. Os príncipes alemães se aproveitaram da divisão entre os revoltosos e retomaram o poder. Em novembro, o exército ocupou Berlim e dissolveu a Constituinte. Assim, o movimento liberal foi abafado.

A Assembléia de Frankfurt elegeu imperador o rei da Prússia, mas Frederico Guilherme recusou o título por considerar-se rei por vontade de Deus. Mesmo assim, propôs aos príncipes alemães a criação de um império. Em 1850, a Áustria obrigou a Prússia a desistir deste projeto, como de qualquer mudança na ordem existente.

6. Áustria: perseguições

O Império Austríaco dos Habsburgo era formado por povos bem diferentes: alemães, húngaros, tchecos, eslovacos, poloneses, romenos, rutenos, sérvios, croatas, eslovenos e italianos. Conscientes de sua individualidade eram os húngaros, que gozavam de certa autonomia, e os tchecos.

Os alemães se mostravam descontentes. Burgueses, estudantes e trabalhadores se uniram para forçar a queda de Metternich e a convocação de uma assembléia constituinte. Os eslavos seguiram o exemplo. Convocaram para Praga uma reunião de eslavos, dissolvida militarmente.

A capital do Império, Viena, foi bombardeada e tomada por um governo absoluto, que implantou um regime de perseguições políticas.

7. O movimento socialista

A burguesia seguia apegada às doutrinas liberais, hostil a qualquer intervenção do Estado na economia, como ensinava Adam Smith. Mas o espetáculo das crises e da miséria dos trabalhadores estimulava pensadores a buscar remédio para tantos males e a procurar nova organização para a sociedade. Tentavam descobrir as causas das injustiças sociais e meios para solucioná-las. Dessas reflexões nasceram as doutrinas socialistas.

Antes mesmo da Revolução Industrial do século XVIII, pensadores já haviam imaginado sociedades nas quais todos vivessem de seu trabalho, sem ricos nem pobres, privilegiados nem injustiçados. O inglês Thomas Morus, autor de *Utopia* (1516), escreveu que a causa da injustiça social era a existência da propriedade individual. O título de sua obra passou a designar toda teoria que pregasse a igualdade social sem apontar o caminho para se chegar lá.

Na Revolução Inglesa do século XVII, os *escavadores* tentaram certa socialização, na medida em que procuraram tornar igual o acesso à propriedade.

No século XVIII, Robert Owen, rico proprietário e industrial inglês, criou uma *comunidade socialista* na Escócia e outra nos Estados Unidos.

Não havia dinheiro; as pessoas recebiam vales correspondentes ao número de horas trabalhadas e trocavam por produtos produzidos por elas mesmas.

Na Revolução Francesa, Graco Babeuf pregou a formação de uma república que desse a todos os mesmos direitos.

As revoluções do século XIX favoreceram o surgimento dos *socialistas utópicos* ou *românticos*: Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc e Proudhon, todos franceses. Blanc, autor de *A Organização do Trabalho*, participou da Revolução de 1848 na França. Para ele, a igualdade social só seria possível se o Estado se apropriasse de todo o sistema econômico. O radical Proudhon escreveu *O que é a propriedade?*, e respondia, secamente: é um roubo.

A forma de atingir o socialismo variava: pela *assistência do Estado* (Saint-Simon); pelas *associações dos trabalhadores* (Owen, Fourier e Louis Blanc); pela *ação revolucionária* (Blanki e mais tarde Bakunin); pela *anarquia* (Proudhon).

O mais célebre teórico do socialismo e um dos maiores pensadores já produzidos pela humanidade foi o alemão Karl Marx (1818-1883). Esteve na França e fixou-se na Inglaterra, onde testemunhou as transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial. Em cooperação com o amigo Friedrich Engels, às vésperas da Revolução de 1848 na França, publicou o *Manifesto Comunista*. Nele e na obra *O Capital*, fixou os princípios de uma doutrina fundamentada na análise histórica das sociedades humanas.

Para Marx, as bases econômicas e a luta de classes são o motor da História. O triunfo do proletariado e o surgimento de uma sociedade sem classes seriam inevitáveis; e estes objetivos seriam alcançados pela união do proletariado. Com tais formulações, criou o *socialismo científico*, que se sobrepôs ao socialismo utópico.

Os socialistas tomaram parte nos movimentos de 1848 e, com a vitória da burguesia, dividiram-se em: *socialistas reformistas*, que acreditavam na obtenção da igualdade social sem necessidade de uma revolução; e *anarquistas*, que pregavam a destruição completa do Estado.

O primeiro partido socialista da História surgiu em 1860, na Alemanha. Em 1864, a fim de conjugar esforços de todos os partidos socialistas e organizar a tomada do poder pelo proletariado de todo o mundo, realizou-se em Paris a *Primeira Internacional dos Trabalhadores*. A consciência proletária tomou corpo e os trabalhadores dos países mais adiantados da Europa passaram a lutar pelo poder por meios reformistas, anárquicos ou revolucionários.

A Igreja Católica não ficou à margem do movimento social. O abade francês Robert de Lamennais defendeu uma Igreja mais liberal, separada do Estado. Atraiu muitos adeptos, especialmente da burguesia, amedrontada com o avanço dos socialistas. A doutrina social da Igreja avançou; com isso, pretendia atingir a justiça social através da solidariedade cristã. A encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, foi a mais alta expressão da preocupação com as questões sociais. Na mesma linha destacaram-se: Pio XI, com *Quadragesimo Anno* (1931); João XXIII, com *Mater et Magistra* (1961) e Paulo VI, com *Populorum Progressio* (1965).

Questões propostas

1. Depois da queda de Napoleão e da restauração dos Bourbon, que tipo de Carta Constitucional Luís XVIII produziu?

2. Quais eram as três tendências políticas dominantes?

3. Resuma os acontecimentos que se seguiram da morte de Luís XVIII à chamada monarquia de julho.

4. Quais os três fatores principais e os dois circunstanciais que contribuíram para as revoluções de 1848? Quem liderou as massas?

5. Resuma a revolução na: a) França; b) Itália; c) Alemanha; d) Áustria.

6. Explique a diferença entre socialismo utópico e socialismo científico. Resuma a doutrina de Marx e Engels.

7. Como reagiu a Igreja Católica ao movimento social dos séculos XVIII e XIX?